

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

<http://tce.al.gov.br/portal-transparencia>

PEDIDO Nº 35

IDENTIFICAÇÃO REQUERENTE

Pessoa: SERGIO SALES MACHADO JUNIOR

CPF: 07958482698

Email: sergiomezionato@hotmail.com

Telefone: 32991176431

IP: 177.104.87.202

Logradouro: Rua Catulo Breviglieri

Número: 92 **Bairro:** Santa Catarina

Complemento: Apartamento

CEP: 36036110

Cidade: Juiz De Fora - MG

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Número: 35

Data Solicitação: 29/10/2019

Recebimento: SIC-TCEAL

DESCRIÇÃO DO PEDIDO

Título: Remuneração no TCE AL

Solciitação:

Olá, boa tarde. Em consulta ao portal da Transparência do TCE AL percebe-se que os conselheiros, auditores e membros do ministério público estão recebendo auxílio saúde, qual a fundamentação legal para esse pagamento e por que alguns valores são manifestamente exagerados, ultrapassando, em alguns casos, valores superior a R\$ 6.000,00? Nota-se também que os referidos agentes públicos estão recebendo verba de natureza remuneratória, função gratificada, tal verba não está incluída no teto constitucional e é incompatível com o regime de subsídio (art. 39, §4º da Constituição Federal). Qual a previsão legal para o pagamento de tais verbas, função gratificada, aos conselheiros, auditores e membros do ministério público? Por que não estão incluídas dentro do teto constitucional? Por que o teto constitucional dos auditores do TCE não é o subsídio mensal dos conselheiros? Além das informações acima, solicito, por derradeiro, uma lista com todos os pagamentos mensais aos conselheiros, auditores e membros do ministérios públicos (ativos e inativos), desde janeiro de 2019 até a presente data? Solicito ainda que as informações sejam fornecidas imediatamente, nos termos do caput do art. 11 da lei de acesso à informação. Muito obrigado